

Migração para Portugal de jogadores de futebol africanos: recurso colonial e neocolonial**

INTRODUÇÃO

O futebol europeu de primeira linha tem assistido desde os inícios da década de 1990 a um enorme influxo de jogadores africanos. Esta diáspora futebolística africana tem enriquecido as ligas profissionais de toda a Europa e entusiasmado o público do futebol e, no processo, os jogadores africanos contratados pelos clubes de elite têm auferido salários com os quais só poderiam sonhar caso tivessem permanecido em África. Neste sentido, a migração de jogadores africanos para a Europa pode ser entendida como um benefício para os clubes e ligas que os recebem, bem como para os próprios jogadores migrantes. Contudo, nos anos mais recentes, um crescente *lobby* constituído por figuras influentes do futebol mundial, activistas dos direitos humanos e uma parte da imprensa liberal europeia tem interpretado este processo como uma forma de exploração neocolonial do mundo em vias de desenvolvimento pelo mundo desenvolvido. Por exemplo, em Dezembro de 2003, Sepp Blatter, presidente da organização que regulamenta o futebol a nível mundial, a FIFA, lançou um contundente ataque contra os clubes europeus que mais benefícios retiravam do comércio de jogadores africanos. Blatter descreveu o papel destes clubes no incentivo ao êxodo dos jogadores africanos como «pouco saudável, se não mesmo desprezível», sugerindo que

* Universidade de Ulster, Jordanstown.

** Gostaria de exprimir a minha gratidão aos editores do presente volume, Nina Clara Tiesler e João Nuno Coelho, pelos preciosos comentários a uma versão anterior deste artigo. Estou também em dívida para com a Nina pelo fornecimento dos dados estatísticos relativos ao número de jogadores oriundos dos PALOP a jogarem nos clubes de futebol da 1.ª Divisão portuguesa.

se comportavam cada vez mais como «neocolonialistas que nada se preocupam com as questões da história e da cultura, perpetrando uma violação social e económica ao roubarem ao mundo em vias de desenvolvimento os seus melhores jogadores» (Bradley, 2003, p. 34).

Se bem que menos hiperbólicos nas suas críticas, os principais estudos académicos sobre a migração de jogadores africanos para a Europa têm partilhado o essencial das opiniões de Blatter, reconhecendo que este processo tem envolvido um grau variável de exploração neocolonial e de empobrecimento do futebol africano (Bale, 2004; Darby, 2000a e 2005; Lanfranchi e Taylor, 2001; Poli, 2006). Partindo deste *corpus* teórico, o presente artigo procura analisar o papel de Portugal nos padrões gerais de migração entre o futebol africano e europeu, concentrando-se na medida pela qual Portugal tem utilizado os talentos futebolísticos das suas antigas «possessões» coloniais como um recurso colonial e neocolonial. É dada particular atenção à migração de jogadores de futebol moçambicanos, e as análises aqui apresentadas assentam num quadro teórico que interpreta a exportação de jogadores de Moçambique, e também dos outros antigos territórios coloniais de Portugal, em termos de imperialismo cultural, neo-imperialismo e dependência. Deve notar-se que o presente estudo aborda principalmente o impacto que a migração de jogadores de futebol exerce sobre este desporto em África, não pretendendo retratar jogadores migrantes individuais como vítimas de um processo sobre o qual têm pouco ou nenhum controlo. De facto, reconhece-se que os jogadores africanos que «venceram» no futebol português beneficiaram enormemente em termos económicos e em termos do seu desenvolvimento enquanto jogadores. Contudo, defenderei que a migração destes jogadores para Portugal faz parte de um processo mais amplo que tem contribuído para o subdesenvolvimento do futebol africano. Antes de nos debruçarmos sobre estas questões centrais delinearemos o contexto em que se inserem, mediante a apresentação de uma breve visão geral sobre a história e a geografia da migração para a Europa de jogadores de futebol africanos.

FUTEBOLISTAS AFRICANOS NA EUROPA: HISTÓRIA E GEOGRAFIA

O recrutamento de jogadores africanos por clubes profissionais europeus remonta à era colonial. Neste período, as colónias africanas eram reconhecidas pelos europeus como ricas em recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra barata não apenas no sentido económico, mas também em relação ao futebol. Não deverá surpreender-nos que os clubes de futebol dos países que tiveram uma presença imperial significativa em África tenham sido os principais beneficiários da exportação de talento futebolístico africa-

no. Tal foi, em particular, o caso da França, onde o futebol profissional pôde contar desde os seus inícios, em 1932, com o contributo de jogadores oriundos das colónias norte-africanas do país (Murray, 1995)¹. Para além do futebol interno, também a selecção nacional francesa beneficiou da naturalização de talentos africanos, um processo que teve início com o marroquino Larbi Ben Barek, que desde finais da década de 1930 e ao longo da década de 1940 participou em dezassete jogos da selecção do seu país «adoptivo» (*African Soccer*, 1992-1993). Evidentemente, esta tendência continuou para além da queda do domínio colonial e hoje seria considerado altamente invulgar que a selecção nacional francesa não integrasse alguns jogadores de origem africana. A exportação de jogadores africanos marcou também o futebol britânico do período colonial, com futebolistas egípcios a integrarem as equipas britânicas a partir da década de 1910. O estatuto dos egípcios como o maior grupo de jogadores africanos a trabalharem em Inglaterra perdeu-se no período entre as guerras, com o recrutamento de um número crescente de sul-africanos pelos clubes de futebol ingleses².

A queda do domínio colonial em África pouco efeito teve no sentido de restringir a migração de jogadores africanos para a Europa e já na década de 1970 verificava-se um fluxo estável de talentos futebolísticos africanos para a França e a Bélgica (Broere e Van der Drift, 1997). Por inícios da década de 1980, os jogadores africanos de talento começaram a atravessar as fronteiras europeias em números ainda maiores. O ritmo desta tendência acelerou de modo significativo na década seguinte e em meados dos anos 90 havia cerca de 350 africanos a trabalharem em equipas de futebol da 1.^a e 2.^a Divisões de toda a Europa. No início do novo milénio, este número registou um aumento de mais de 100% (Ricci, 2000). Este êxodo de futebolistas africanos é mensurável não apenas quantitativamente, mas também em termos qualitativos. De facto, uma análise das filiações clubísticas dos jogadores que representaram os seus países de origem nas três últimas edições da Taça das Nações Africanas revela que a maior parte dos futebolistas mais talentosos de África estava a jogar em clubes europeus. No torneio de 2000, que teve como co-anfitriões o Gana e a Nigéria, um pouco mais de 50% dos jogadores participantes estava sob contrato com equipas europeias. Na Taça de 2002, que teve lugar no Mali, este número aumentou para 66% e na edição de 2004, na Tunísia, para 67%³.

¹ Em 1938 havia 147 africanos a jogarem na 1.^a e 2.^a Divisões francesas. Entre 1945 e 1962, mais 117 jogadores norte-africanos trabalhavam no futebol profissional francês.

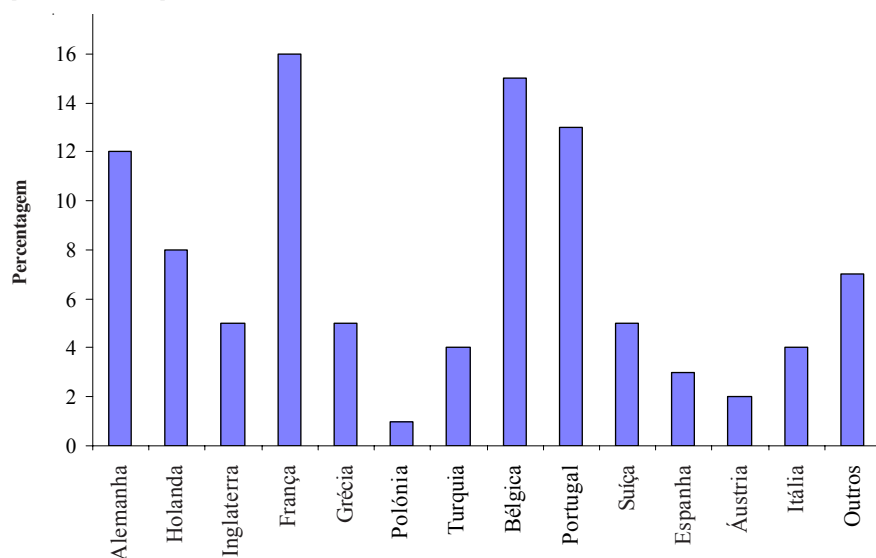
² No período colonial, os dois clubes ingleses com maior número de jogadores sul-africanos eram o Liverpool e o Charlton.

³ Valores obtidos com base nas listas oficiais publicadas pela Confédération Africaine de Football.

No que respeita aos padrões geográficos subjacentes ao fluxo migratório de jogadores africanos para a Europa, as ligações coloniais e neocoloniais são claramente visíveis. Como já vimos, até aos inícios da década de 1960 um grupo de potências coloniais europeias beneficiou grandemente da importação de talentos futebolísticos oriundos das suas colónias africanas. A partir da década de 1960, a história colonial continuou a ter uma influência importante, já que as conexões neocoloniais continuaram a determinar fortemente a direcção e o padrão dos fluxos migratórios entre o futebol africano e europeu. Esta tendência é claramente ilustrada pelo gráfico n.º 1.

Destino dos futebolistas migrantes africanos (a)

[GRÁFICO N.º 1]



(a) Dados não tratados obtidos a partir de Ricci (2000). Para uma análise mais pormenorizada da importância das ligações da história colonial e neocolonial enquanto factor determinante dos destinos dos jogadores migrantes africanos, cf. Darby (2000a).

Se bem que a migração para a Europa de jogadores africanos se tenha tornado muito mais difusa e arbitrária com a dispersão de jogadores africanos por um amplo conjunto de ligas de toda a Europa, e não só (Boniface, 2001)⁴, as ligações neocoloniais continuaram a desempenhar um papel fundamental na configuração dos padrões migratórios. Isto é particularmente evidente no caso da migração de jogadores africanos para o futebol português.

⁴ Por exemplo, na Taça das Nações Africanas de 2002, as dezasseis equipas qualificadas incluíam jogadores de vinte e seis ligas não africanas.

LOCALIZAR PORTUGAL NA GEOGRAFIA DA MIGRAÇÃO DE JOGADORES DE FUTEBOL AFRICANOS

A migração sustentada de jogadores africanos para o futebol português remonta aos finais da era colonial. Neste período, uma série de clubes importantes, como o Sporting, o Benfica e o Porto, estabeleceu ligações com clubes dos territórios portugueses em África, bem como redes de observadores destinadas a localizarem, refinarem e, finalmente, exportarem jogadores talentosos para o futebol português (Armstrong, 2004). O papel do moçambicano Lucas Sebastião da Fonseca, conhecido como «Matateu», foi crucial para este processo. O êxito de «Matateu», que enquanto jogador do Belenenses se distinguiu como o melhor marcador da 1.^a Divisão nacional em 1953 e 1955, encorajou outros clubes portugueses a procurarem activamente o recrutamento de jogadores africanos (Lanfranchi e Taylor, 2001). Bela Guttmann, o experiente treinador húngaro do Benfica, foi um forte defensor deste recurso colonial e, na sua busca de triunfos nacionais e europeus, apostou fortemente no talento dos jogadores africanos, como é evidenciado pela presença de quatro jogadores naturais de África na equipa que levou o Benfica à sua primeira vitória na Taça dos Campeões Europeus, em 1961. Estes jogadores eram o avançado-centro José Águas, o guarda-redes Costa Pereira e os médios Joaquim Santana e Mário Coluna. Grande parte destes jogadores participou também nas outras três presenças do Benfica na final da Taça dos Campeões Europeus, na primeira metade da década de 1960.

Durante o período colonial, a importação de jogadores africanos de talento beneficiou também a equipa da selecção nacional portuguesa. O «regulamento da população indígena» introduzido pelo ditador António Salazar, que concedia o estatuto de «assimilado» aos africanos culturalmente «europeizados» dos territórios coloniais de Portugal, permitiu que uma série de jogadores africanos excepcionais representasse Portugal em competições internacionais. Por exemplo, «Matateu» integrou pela primeira vez a selecção portuguesa em 1952, somando ao todo vinte e sete internacionalizações, ao passo que o moçambicano Hilário, do Sporting, jogou pela selecção nacional quarenta vezes (Lafranchi e Taylor, 2001). Contudo, o mais célebre jogador africano a representar Portugal foi, indubitavelmente, Eusébio da Silva Ferreira, universalmente conhecido pelo seu primeiro nome. Eusébio foi contratado pelo Benfica em 1961 e, além de ter dado um importante contributo para o sucesso da equipa em diversas competições nacionais e internacionais⁵, naturalizou-se português pouco depois da assinatura do contrato, sen-

⁵ Aquando da sua reforma do Benfica, em 1975, Eusébio tinha conduzido o clube a dez títulos nacionais, cinco vitórias na Taça de Portugal, uma Taça dos Campeões Europeus, bem como três outras participações na final desta competição. Além disso, distinguiu-se sete vezes como o melhor goleador da 1.^a Divisão portuguesa.

do desde então o pilar da selecção nacional portuguesa. Sem a participação de Eusébio nos jogos do Mundial de 1966, em que se consagrou como o melhor goleador, seria pouco provável que Portugal tivesse conquistado o 3.º lugar do campeonato (Armstrong, 2004). O mesmo pode dizer-se a propósito do internacional português e compatriota moçambicano de Eusébio, Mário Coluna, que foi também um dos elementos-chave da selecção portuguesa nesse campeonato. Embora não tenha recebido o mesmo nível de aclamação internacional que o seu compatriota, Coluna, com as suas cinquenta e sete internacionalizações, deu um contributo fundamental para o estatuto alcançado pela selecção portuguesa durante a década de 1960.

Tendo em conta a já referida importância das redes coloniais na migração de jogadores africanos, não nos surpreende que a maior parte destes futebolistas que representaram Portugal em finais do período colonial fosse oriunda de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Embora a independência de Moçambique em 1975 tenha conduzido a uma proibição da migração de jogadores que se prolongaria até 1987, a era pós-colonial continuou a assistir ao recrutamento de um número significativo de jogadores africanos por parte dos clubes de futebol portugueses. De facto, no início do novo milénio, Portugal era o terceiro maior importador de jogadores de futebol africanos; destes, 65% eram naturais das ex-colónias de Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. A percentagem de migrantes moçambicanos a jogarem em Portugal é mais uma prova da medida pela qual os clubes de futebol portugueses continuam a tirar proveito das antigas conexões coloniais para conseguirem obter jogadores talentosos e baratos. A presença de moçambicanos no futebol europeu é relativamente pequena; porém, no início do novo milénio, os poucos futebolistas moçambicanos na Europa estavam exclusivamente a trabalhar em Portugal (Ricci, 2000). Esta mesma tendência é observável no caso dos jogadores migrantes oriundos de outras antigas colónias portuguesas, como Guiné-Bissau e Cabo Verde, e, se bem que existam alguns jogadores angolanos a trabalharem em Espanha e na Alemanha, a grande maioria destes encontra-se em Portugal. Os laços da história colonial têm sido claramente importantes na determinação dos países onde os clubes portugueses procuram recrutar talentos futebolísticos africanos, mas têm também influenciado fortemente as decisões dos jogadores migrantes relativamente aos países nos quais desejam jogar. De facto, a perspectiva de trabalharem num país onde as barreiras linguísticas e culturais são menores e onde poderão integrar-se mais facilmente em contextos sociais mais amplos tem claramente um peso fundamental nessas decisões, ajudando a explicar por que razão Portugal é o destino preferido dos futebolistas migrantes oriundos dos PALOP⁶.

⁶ Seguem-se alguns pormenores sobre o número de jogadores oriundos dos PALOP a trabalharem em clubes da 1.ª Divisão de Portugal no final da época 2004-2005: FC Porto,

A ECONOMIA POLÍTICA DO FUTEBOL AFRICANO E A EXPORTAÇÃO DE JOGADORES AFRICANOS

Para além das razões que conduzem os jogadores africanos ao futebol profissional de determinados países, é necessário compreender em primeiro lugar os motivos que levam tais jogadores a migrarem. As razões da migração prendem-se com a fragilidade da economia política do futebol africano em comparação com o poder económico dos clubes de futebol europeus. Em grande medida graças às receitas geradas pela Liga dos Campeões da UEFA e pela venda dos direitos de transmissão pelos meios de comunicação, os clubes das ligas europeias, sobretudo aqueles que se qualificam regularmente para a Liga dos Campeões, têm podido oferecer aos seus jogadores um tipo de salários que pura e simplesmente não existe no mundo futebolístico de outras regiões, e menos ainda em África (Poli, 2006; King, 2003). Nas duas principais «zonas» de exportação de jogadores do continente africano — o Norte de África e as nações costeiras do Oeste subsariano — são poucos os clubes de futebol com infra-estruturas profissionais e recursos financeiros que lhes permitam pagar aos jogadores um salário passível de os persuadirem a permanecer nos seus países de origem⁷. Nas outras zonas do continente africano, e particularmente na África subsariana, os clubes de futebol têm sido negativamente afectados pela extrema pobreza, pela instabilidade política, pela má administração, pela corrupção, pelo fraco investimento estatal e pela interferência governamental. A economia política do futebol nas principais regiões de exportação de jogadores para a Europa oferece poucas perspectivas de futuro aos jovens jogadores africanos com ambições de carreira. A ausência de infra-estruturas, de profissionalismo ou da possibilidade de receberem um bom salário não encoraja esses jogadores a permanecerem nos seus países e a recusarem as fortunas quase inimagináveis — ao menos pelos padrões africanos — que a Europa lhes oferece. Assim, a maioria dos jogadores mais talentosos decide fazer carreira fora de África, e preferencialmente na Europa. Embora seja totalmente irrazoável esperar que estes jogadores sacrifiquem a oportunidade de uma carreira profissional potencial-

1 jogador de São Tomé e Príncipe (Nuno Simões), além de um jogador sul-africano (Benny McCarthy); Benfica, 1 jogador de Cabo Verde (Manuel dos Santos); Braga, 1 jogador da Guiné-Bissau (Daniel Kenedy P. Mateus dos Santos); Marítimo, 2 jogadores de Angola (Nelson Augusto Nobre Vasco e Carlos Narciso Chainho); Rio Ave, 1 jogador de Angola (Valente); Boavista, 1 jogador de Cabo Verde (Nelson Augusto Tomás Marcos), bem como 1 jogador dos Camarões, 1 do Congo e 1 do Senegal; Moreirense, 1 jogador nascido em Angola de pais portugueses brancos (João Ricardo Santos Ferreira); Beira-Mar, 1 jogador da Guiné-Bissau (Muhamed Lanine J. Sano Malá), bem como 1 nigeriano. De acordo com «*Cadernos A Bola*», a percentagem de jogadores africanos na 2.ª Divisão portuguesa é ligeiramente superior.

⁷ Por exemplo, o Al Alhy e os Arab Contractors, do Egipto, e o Esperance, da Tunísia.

mente lucrativa, a sua partida faz parte de um processo que tem despojado os países africanos dos seus futebolistas mais talentosos.

Estes mesmos problemas estruturais, financeiros e administrativos têm sido desde há muito evidentes no futebol das antigas colónias portuguesas. Por exemplo, o contexto no qual a FMF — a Federação Moçambicana de Futebol, fundada em 1976 — se viu obrigada a operar durante a primeira década de independência do país dificultou em muito o estabelecimento de infra-estruturas sólidas para o desenvolvimento do jogo. As restrições à transferência de jogadores para o estrangeiro garantiram que a maior parte dos talentos futebolísticos permanecesse no país, preservando assim a qualidade do futebol praticado; porém, a guerra civil, os actos de sabotagem por parte dos países vizinhos, o colapso económico, a fragilidade das infra-estruturas, a má gestão económica geral e os deslocamentos massivos das populações indígenas mantiveram o futebol nacional numa condição de fraqueza estrutural e económica, pelo que uma carreira interna não oferecia grandes garantias de estabilidade ou de recompensa financeira. Estes problemas de base reflectiram-se nos fracos desempenhos da selecção nacional de Moçambique, que só em 1986 conseguiu qualificar-se para a Taça das Nações Africanas. Embora Moçambique continue a figurar entre as nações menos desenvolvidas do mundo, com indicadores sócio-económicos muito baixos, a introdução de um sistema político multipartidário em 1990, o fim da guerra civil em 1992, as elevadas taxas de crescimento e a baixa inflação proporcionaram um contexto político e económico mais estável para o desenvolvimento do futebol. Na viragem do século, o apoio da FIFA, através do seu Programa de Ajuda Financeira (PAF) e do Projecto Golo, teve também um efeito positivo no futebol moçambicano. No entanto, a falta de fundos e as disputas no seio da FMF têm continuado a dificultar a vida da selecção nacional, resultando em participações irregulares e fracos desempenhos na Taça das Nações Africanas e na incapacidade de apuramento para as fases finais do Campeonato do Mundo (Zamdama, 1996)⁸. Combinada com a desordem económica, uma guerra civil de quase um quarto de século deixou também o futebol angolano sem infra-estruturas sólidas, e isto reflectiu-se necessariamente nos desempenhos da selecção nacional angolana, que só por duas vezes conseguiu o apuramento para a Taça das Nações Africanas (em 1996 e 1998)⁹. Verifica-se um contexto similar no futebol na Guiné-Bissau, um país que sofreu uma guerra civil e que se encontra entre as vinte

⁸ Por exemplo, imediatamente antes da Taça das Nações Africanas de 1996, que teve lugar na África do Sul, um desentendimento sobre questões de dinheiro culminou na demissão do treinador da selecção nacional, o russo Viktor Bondarenko.

⁹ Contudo, pouco depois da conclusão da escrita deste artigo, Angola conseguiria o apuramento para a fase final do Mundial-2006, superando a forte concorrência da Nigéria.

nações mais pobres do mundo. Consequentemente, os jogadores angolanos e guineenses com capacidades para fazerem carreira no futebol profissional acabam invariavelmente por migrar para Portugal.

Quando consideramos o subdesenvolvimento do futebol de muitos países africanos, combinado com os problemas mais gerais de carácter social e económico que a grande maioria da população enfrenta, é-nos difícil, se não mesmo impossível, criticar a decisão de muitos dos seus futebolistas mais talentosos no sentido de procurarem melhores oportunidades de carreira e de realizarem as suas ambições profissionais (Darby, 2002). À luz da breve análise do contexto problemático em que o futebol se vê obrigado a operar nas antigas colónias portuguesas, não nos surpreende que muitos jogadores procurem fazer as suas carreiras fora do continente africano. Esta migração transcontinental proporciona segurança financeira e um nível de vida mais confortável aos jogadores africanos que obtêm sucesso nas ligas de futebol europeias. Contudo, este processo envolve práticas altamente questionáveis tanto em termos legais como morais, práticas essas que podem prejudicar seriamente o desenvolvimento do futebol no continente africano (Darby, 2000; Krushelnycky, 1999). Outra crítica que tem sido apontada aos clubes de futebol europeus é que o seu recrutamento de jogadores africanos é comparável ao imperialismo económico do período colonial e às formas de exploração neocoloniais que, defendem alguns, têm caracterizado a relação entre o mundo desenvolvido e o mundo em vias de desenvolvimento na era pós-colonial. Avaliaremos seguidamente de que modo a relação entre o futebol português e o futebol das suas antigas colónias, particularmente através das redes que têm facilitado a migração e naturalização dos jogadores africanos, pode ser explicada em termos de imperialismo cultural e da exploração e dependência coloniais e neocoloniais.

TEORIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO DE JOGADORES AFRICANOS PARA PORTUGAL

Os estudos de uma série de académicos africanistas têm mostrado que, no que toca ao futebol e ao desporto em geral, a relação entre a África e a Europa tem assentado em variadas formas de imperialismo cultural e económico. Os meus próprios estudos, bem como os de Monnington e Uweche, por exemplo, demonstram que o futebol africano integrou uma tendência imperialista mais ampla por parte dos colonialistas europeus com vista à socialização dos africanos e à sua aceitação do domínio colonial enquanto norma, facilitando assim a continuada penetração económica das colónias (Darby, 2000b e 2003; Monnington, 1986; Uweche, 1978). Embora não tenha ainda surgido uma obra significativa sobre a difusão e a história

inicial do futebol na África portuguesa¹⁰, não há razões para duvidar de que o futebol tenha servido, também aqui, como instrumento de imperialismo cultural. À semelhança do que se verificou na maioria das outras colónias africanas, o futebol foi introduzido nas «possessões» imperiais de Portugal por administradores coloniais, comerciantes, colonos e missionários. Em algumas das vilas e aldeias mais remotas da África portuguesa e de todo o continente, o futebol conheceu um desenvolvimento relativamente fortuito e não planeado, tendo sido entusiasticamente adoptado pelas populações indígenas. Contudo, em alguns dos centros industriais portugueses de maior dimensão, bem como nos britânicos, franceses e belgas, os colonialistas utilizaram a sua posição hegemónica para imporem o futebol de modo a servir os seus propósitos (Darby, 2002).

O breve estudo de Gary Armstrong sobre a difusão do jogo em Moçambique ilustra certamente esta interpretação da difusão do futebol no continente africano (Armstrong, 2004). O futebol foi introduzido em Moçambique pelas escolas dos missionários católicos, sendo subseqüentemente estruturado de modo a reflectir e a reforçar um controlo colonial mais amplo e a elevar a cultura portuguesa em detrimento das tradições indígenas. Por exemplo, a liga de futebol nacional foi baseada na estrutura administrativa da colónia, com o estabelecimento de equipas nas capitais das dez regiões que os portugueses delimitaram para facilitar a administração colonial do território. Alguns clubes receberam até os nomes dos principais clubes portugueses, como o Sporting, o Benfica e o Porto, e as populações locais foram encorajadas a desenvolverem uma afinidade com estas equipas. A medida pela qual o futebol português foi promovido pelas autoridades coloniais portuguesas como culturalmente superior ao futebol local é ainda exemplificada pelas transmissões radiofónicas dos jogos de futebol de Portugal e por visitas das equipas portuguesas a Moçambique. Estas práticas, cujos efeitos ultrapassavam o âmbito do futebol, podem ser interpretadas como parte de um plano mais geral de promoção da hegemonia colonial. O sucesso desta estratégia é evidenciado pela duradoura popularidade do futebol português, em muito superior à do futebol local. Esta popularidade tornou-se evidente nos resultados de uma sondagem efectuada em Maputo, a capital, vinte anos após a independência do país, segundo a qual apenas 15% da população local afirmou preferir as equipas moçambicanas às equipas portuguesas (BBC, 1996).

A naturalização dos jogadores moçambicanos ao abrigo do já mencionado «regulamento da população indígena» pode ser igualmente interpretada como uma estratégia de reforço da hegemonia colonial portuguesa. Se bem que a carreira de Eusébio no Benfica e os sucessos de outros jogadores moçambicanos a trabalharem em Portugal constituíssem uma grande fonte de orgulho

¹⁰ Com a óbvia excepção do estudo de Nuno Domingos sobre o futebol no Moçambique colonial incluído neste volume.

para os seus compatriotas — os quais, claro está, podiam seguir as suas carreiras através da rádio —, a naturalização desses jogadores pode ser entendida como um meio de enriquecimento do mundo desenvolvido às custas do empobrecimento do mundo em vias de desenvolvimento. Esta interpretação da prática de assimilação de jogadores africanos pela cidadania de um país europeu (de modo a poderem jogar na selecção nacional de futebol desse país) é partilhada pelo ex-presidente da Confédération Africaine de Football, Ydnekatchew Tessema, que lutou contra a naturalização europeia de jogadores africanos (Mahjoub, 1997). Se aceitarmos as considerações de Allan Klein (1991) sobre o significado da migração de jogadores de basebol dominicanos para a Major League Baseball (MLB) dos Estados Unidos, poderemos identificar outros fundamentos imperialistas na carreira de Eusébio. Klein defendeu convincentemente que o estatuto dos jogadores dominicanos bem sucedidos da MLB contribui para a crença de que, em geral, a vida e a cultura norte-americanas são superiores às da República Dominicana, pelo que as migrações de jogadores de basebol contribuem para um mais amplo imperialismo cultural americano. Se bem que o sucesso de Eusébio no Benfica fosse uma importante fonte de orgulho para a população moçambicana, a carreira do jogador pode também ser interpretada de modo similar, já que perpetuou um desejo de assimilação por Portugal ou de emulação cultural.

No entanto, o exemplo mais inequívoco do modo de funcionamento imperialista do futebol nos territórios africanos de Portugal durante o período colonial foi a procura e exportação de talento futebolístico indígena para consumo no mercado do futebol português. Como já foi referido, durante o período colonial, e não só, os principais clubes de futebol portugueses estabeleceram uma rede com vista ao reconhecimento e exportação de jogadores de futebol. Em termos gerais, esta estratégia pode ser comparada às práticas imperialistas e neo-imperialistas de exploração económica, no sentido em que envolve a localização, refinamento e exportação de matérias-primas — neste caso, o talento futebolístico — destinadas ao consumo no mercado europeu. Esta é seguramente a perspectiva defendida por Issa Hayatou, o presidente da Confédération Africaine de Football (CAF), que descreveu o comércio de jogadores africanos utilizando um tipo de linguagem que normalmente encontramos nas críticas ao imperialismo e neo-imperialismo:

Após a debandada de cérebros, a África vê-se confrontada com o êxodo de músculos. Os países ricos importam a matéria-prima — o talento — e enviam frequentemente para o continente os seus técnicos de menor valor. A desigualdade dos termos de troca é incontestável, criando uma situação de dependência e [...] a depauperação de alguns clubes [...] e dos campeonatos nacionais [CAF, 1998, p. 37].

Nesta sua análise, além de descrever a migração dos jogadores africanos como uma forma de exploração neo-imperialista, Hayatou alude também à

ideia da dependência, o que nos leva a considerar o valor do paradigma da dependência enquanto moldura teórica ou ponto de partida para a interpretação deste processo. Para aqueles que procuram explicar a migração no mundo do desporto, o paradigma da dependência tornou-se uma das abordagens mais influentes. Os pontos de vista dos teóricos da dependência podem ser encontrados, por exemplo, no estudo de Joseph Arbena (1994) sobre a migração para a Europa de futebolistas oriundos da América Latina, na análise de Bale e Sang (1996) da migração de atletas do Quênia para as universidades norte-americanas, no ensaio crítico de Allan Klein (1991) sobre o baseball na República Dominicana e na visão geral de Bale e Maguire (1994) da migração no mundo do desporto. Em concordância com as análises destes autores, acreditamos que a linguagem conceptual utilizada em determinadas linhas do paradigma da dependência é igualmente útil para explicar a migração de jogadores de futebol africanos para a Europa e, mais especificamente, a exportação de jogadores africanos para o futebol português.

A este respeito, a obra do economista Andre Gunder Frank (1969) — e, mais especificamente, a sua teoria do subdesenvolvimento dependente — revela-se particularmente pertinente, constituindo um útil ponto de partida ou moldura teórica para a explicação da dinâmica destes movimentos migratórios. De acordo com o principal argumento da tese geral de Frank, as grandes nações industrializadas do Ocidente dominam o sistema capitalista global sobretudo por meio da imposição dos termos do comércio mundial. Em consequência, essas nações desenvolvem-se e prosperam através do subdesenvolvimento das nações que se encontram na periferia da economia global (Frank, 1969). Em muitos sentidos, esta argumentação pode ser aplicada à apropriação por parte de Portugal de talentos futebolísticos oriundos das suas antigas colónias africanas. Os principais clubes de futebol portugueses são, claro está, financeiramente mais fortes do que os seus congéneres africanos, utilizando a sua poderosa posição económica para ditarem os termos de troca com os seus antigos territórios coloniais. Devido à precariedade da situação financeira do futebol nestas regiões, os clubes africanos vêem-se numa posição de dependência comercial, o que contribui para a desqualificação e o subdesenvolvimento causados ao futebol africano pelos termos e condições impostos pelos clubes portugueses que recrutam jogadores das antigas colónias.

RESPOSTAS À EXPLORAÇÃO PORTUGUESA DE RECURSOS FUTEBOLÍSTICOS AFRICANOS

Assim, de que modo têm respondido as autoridades futebolísticas e governamentais das antigas colónias africanas de Portugal à exploração dos seus recursos futebolísticos? Durante o período colonial, os interesses do futebol português e internacional sobrepunham-se aos do futebol das colónias, pelo

que não havia qualquer oposição à exportação de jogadores. Pela altura em que a independência foi finalmente outorgada às colónias portuguesas, em meados da década de 1970, a profundidade dos laços entre o futebol português e o angolano, guineense e cabo-verdiano era de tal ordem que a continuidade da migração de um número relativamente elevado de jogadores parecia quase natural. Contudo, em Moçambique aqueles que tinham resistido e lutado contra o domínio colonial reconheceram o papel imperialista que o futebol havia desempenhado no país. Deste modo, quando a colónia alcançou a independência, em 1975, após uma guerra colonial que durou mais de uma década, o recém-empossado partido marxista-leninista, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), tomou medidas imediatas com vista à «deseuropeização» e simultânea africanização do futebol nacional. O governo da FRELIMO decretou, por exemplo, que as equipas moçambicanas substituíssem os seus nomes portugueses por novos nomes africanos. Além disso, as visitas ao país das equipas de futebol portuguesas deixaram de ser bem-vindas. No entanto, a iniciativa mais importante foi a introdução de uma medida que proibia os jogadores de migrarem e de jogarem futebol para além das fronteiras do seu novo Estado independente (Armstrong, 2004). Moçambique não estava sozinho nesta posição, já que Mobutu introduzira medidas similares no Zaire após a independência do país.

Estas decisões dos governos africanos de proibirem a exportação dos seus recursos futebolísticos reflectiam os sentimentos pan-africanistas mais gerais que se desenvolveram em África no período que se seguiu à independência. O pan-africanismo, partindo de uma filosofia de resistência nos tempos coloniais, evoluiu, na era pós-colonial, para uma ideologia de patriotismo e um desejo de libertar o continente africano de todos os vestígios de imperialismo e exploração europeus (Davidson, 1989)¹¹. A politização e a africanização do futebol nos anos que antecederam a independência e no período imediatamente posterior eram tão vincadas que o futebol se tornou, naturalmente, um palco para a expressão de tais sentimentos (Darby, 2000b e 2002). Por exemplo, a CAF, fundada em 1957, no auge do movimento de resistência em África, exprimiu por meio dos seus estatutos a determinação de «exercer as suas actividades no espírito da solidariedade africana» (CAF, 1998b). A migração dos seus jogadores mais talentosos para as ligas europeias passou a ser entendida pela CAF como um processo associado à continuada exploração pós-colonial e, desse modo, contrário às fundações pan-africanistas da organização. Esta perspectiva foi defendida por Ydneka-

¹¹ De facto, este era um dos objectivos específicos da Organização da Unidade Africana e está consagrado na Carta da OUA.

tchew Tessema, presidente da CAF entre 1972 e 1987 e crítico particularmente feroz da exportação de jogadores africanos:

O futebol africano tem de fazer uma escolha! Ou mantemos os nossos jogadores em África com a vontade de alcançarmos um dia o topo das competições internacionais e de devolvermos ao povo africano uma dignidade pela qual anseia há muito, ou permitimos que os nossos melhores elementos abandonem os seus países, que assim continuarão a ser os eternos fornecedores de matéria-prima aos países ricos, e renunciamos desse modo a qualquer ambição. Quando os países ricos nos privam, também por via da naturalização, dos nossos melhores elementos, não devemos esperar deles qualquer atitude de cavalheirismo no sentido de ajudarem o futebol africano [Mahjoub, 1997, p. 155].

Na sua luta contra a exportação de talentos, a CAF foi além da retórica política, introduzindo em 1965 uma norma que visava impedir as selecções nacionais africanas de usarem mais de dois jogadores a trabalharem no estrangeiro. Esta medida visava claramente restringir o êxodo dos jogadores, mas seria ineficaz e acabaria por ser revogada em 1982, já que os jogadores africanos continuavam a optar pelas riquezas oferecidas pelos clubes europeus e, desse modo, as equipas nacionais eram forçadas a escolherem de entre um grupo de jogadores mais fracos para o plantel a levar às competições internacionais (Radnege, 1998).

Os esforços da FRELIMO no sentido de impedir a migração dos jogadores moçambicanos acabariam por ser abandonados por razões similares. Se bem que a proibição de migração tivesse sido razoavelmente bem sucedida durante cerca de dez anos, a partir de meados da década de 1980 um número crescente de jogadores ansiosos por maximizarem os seus rendimentos potenciais começaram a migrar, sobretudo para a África do Sul. Este fluxo de talentos moçambicanos era de tal ordem que a proibição se tornou inviável, sendo revogada em 1987. O fim da encarniçada e sangrenta guerra civil e o abandono do marxismo-leninismo como a ideologia política oficial do país após a queda do comunismo na Europa de Leste em 1989 facilitaram a emergência de um Moçambique mais livre, que abriu as suas fronteiras à livre iniciativa e ao mercado (Williams, 1994). Esta mudança política e filosófica do país reflectiu-se também a nível do futebol e, quando combinada com a revogação da proibição da exportação de jogadores, permitiu a abertura ao mercado europeu de um conjunto de jogadores talentosos e baratos. Os clubes portugueses em breve começaram a tirar proveito das ligações históricas a Moçambique para recrutarem jogadores. O processo foi facilitado pelo regresso a uma relação pós-independência entre os clubes de futebol portugueses e moçambicanos (Armstrong, 2004)¹². Como

¹² Por exemplo, alguns clubes moçambicanos recuperaram os nomes de clubes portugueses que tinham adoptado antes da subida ao poder da FRELIMO.

sublinhámos anteriormente, esta tendência migratória sucedeu também relativamente a Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. De facto, em 2000 Angola tornou-se o quinto mais importante exportador africano de jogadores de futebol, sendo responsável por 7,5% de todos os jogadores africanos a trabalharem na Europa, a maioria dos quais radicada em Portugal.

CONCLUSÃO

A perda dos seus recursos em favor do mercado futebolístico português é um dos maiores desafios que o futebol enfrenta em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde no século XXI. Se de facto pretendem limitar o escoamento de talentos, a CAF e as federações nacionais de futebol terão de trabalhar no sentido de criarem os incentivos financeiros e a dinâmica de desenvolvimento capazes de persuadirem os seus maiores talentos a fazerem as suas carreiras, ou pelo menos a passarem os seus anos formativos como jogadores, nos seus países de origem. É evidente que isto não será fácil, já que qualquer tentativa de encorajamento ao investimento financeiro por parte de patrocinadores ou de canais televisivos é, obviamente, dificultada pelo êxodo dos melhores jogadores. As autoridades futebolísticas das antigas colónias portuguesas enfrentam também a fragilidade das condições económicas e políticas, e será talvez irrealista esperar que o futebol africano possa competir com o português no que diz respeito às recompensas monetárias que oferece aos seus jogadores. Não obstante, as federações nacionais deverão pelo menos continuar a trabalhar em prol do desenvolvimento do futebol se de facto pretendem conservar os seus jogadores mais talentosos. A FIFA deverá também desempenhar um papel na monitorização e regulação do êxodo de jogadores dos antigos territórios coloniais de Portugal, bem como apoiar o desenvolvimento do futebol nesses mesmos territórios. Ao longo dos últimos anos, a FIFA tem desenvolvido diversos esforços no sentido de restringir o êxodo de futebolistas africanos e a sua introdução de novas regulações com vista a restringir a transferência de jogadores menores de idade tem-se revelado crucial (FIFA, 2002). O contínuo apoio financeiro da FIFA ao futebol africano através do Projecto Golo e do Programa de Ajuda Financeira tem sido igualmente importante, permitindo às autoridades futebolísticas de Moçambique, por exemplo, a realização de uma série de bem sucedidos programas de desenvolvimento¹³. Se de facto se pretende regular de modo adequado o comércio de jogadores africanos, a cooperação dos clubes de futebol portugueses é, evidentemente, crucial. No entanto,

¹³<http://www.fifa.com/en/organisation/confederations/associationdetails/0,1483,MOZ,00.html?countrycode=MOZ>

num contexto em que os clubes portugueses procuram firmar a sua crescente reputação a nível das competições europeias, é muito provável que continuem a procurar activamente talentos futebolísticos baratos em África. Deste modo, é de esperar que, no futuro próximo, a migração de jogadores de futebol continue a fazer parte das relações entre Portugal e as suas antigas colónias africanas.

BIBLIOGRAFIA

- AFRICAN SOCCER (1992-19933), «Obituary: death of a star: Larbi Ben Barek», in *African Soccer*, 1 (Dezembro-Fevereiro), p. 22.
- ARBENA, J. (1994), «Dimensions of international talent migration in Latin American sports», in J. Bale e J. Maguire (eds.), *The Global Sports Arena: Athletic Talent Migration in an Interdependent World*, Londres e Portland, OR, Frank Cass.
- ARMSTRONG, G. (2004), «The migration of the black panther: an interview with Eusebio of Mozambique and Portugal», in G. Armstrong e R. Giulianotti (eds.), *Football in Africa: Conflict, Conciliation and Community*, Basingstoke e Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 247-266.
- BALE, J., e MAGUIRE, J. (1994), «Sports labour migration in the global arena», in J. Bale e J. Maguire (eds.), *The Global Sports Arena: Athletic Talent Migration in an Interdependent World*, Londres e Portland, OR, Frank Cass.
- BALE, J., e SANG, J. (1996), *Kenyan Running: Movement Culture, Geography and Global Change*, Londres e Portland, OR, Frank Cass.
- BALE, J. (2004), «Three geographies of Africa footballer migration: patterns, problems and postcoloniality», in G. Armstrong e R. Giulianotti (eds.), *Football in Africa: Conflict, Conciliation and Community*, Basingstoke e Nova Iorque, Palgrave Macmillan, pp. 229-246.
- BBC (1996), «Mozambique», in *BBC Focus on Africa*, Janeiro-Março, p. 47.
- BONIFACE, P. (2001), *La terre est ronde comme un ballon — geopolitique du football*, Paris, Seuil.
- BRADLEY, M. (2003), «Blatter takes swipe at G-14 ‘colonialists’», in *The Guardian*, 18 de Dezembro, p. 34.
- BROERE, M., e VAN DER DRIFT, R. (1997), *Football Africa!* Oxford, Worldview Publishing.
- CADERNOS A Bola (ed.), n.º 35, Agosto de 2004.
- CAF (1998a), «The importance of football for the African countries», in *CAF News*, 64 (Abril), p. 37.
- CAF (1998b), *Statutes of the Confédération Africaine de Football*, Cairo, Nubar Printing House.
- DARBY, P. (2000a), «The new scramble for Africa: african football labour migration to Europe», in *European Sports History Review*, vol. 3, pp. 217-244.
- DARBY, P. (2000b), «Football, colonial doctrine and indigenous resistance: mapping the political persona of FIFA’s African constituency», in *Culture, Sport, Society*, 3 (1), 2000, pp. 61-87.
- DARBY, P. (2002), *Africa, Football and FIFA: Politics, Colonialism and Resistance*, Londres e Portland, OR, Frank Cass.
- DARBY, P. (2003), «Football, colonial doctrine and indigenous resistance», in J. D. (ed.), *Le sueur, The Decolonization Reader*, Nova Iorque e Londres, Routledge, pp. 258-273.
- DARBY, P. (2005), «African football labour migration», ensaio inédito apresentado na *African Sports Across Disciplines Workshop*, Ohio University, Athens, Ohio, 4-5 de Fevereiro.

- DARBY, P., AKINDES, G., e KIRWIN, M., «Football academies and the migration of African football labour to Europe», ensaio inédito.
- DAVIDSON, B. (1989), *Modern Africa: A Social and Political History*, 2.^a ed., Londres e Nova Iorque, Longman.
- FIFA (2002), «Transfer regulations: protecting the interests of players and clubs», www.FIFA.com, 16 de Janeiro de 2002.
- FRANK, A. G. (1969), *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- KING, T. (2003), *The European Ritual: Football in the New Europe*, Aldershot, RU, Ashgate.
- KLEIN, A. (1991), *Sugarball: The American Game, The Dominican Dream*, New Haven, CT, Yale University Press.
- KRUSHELNYCKY, L. (1999), «Belgium's football 'slave trade'», in *BBC News Online*, 10 de Março.
- LANFRANCHI, P., e TAYLOR, M. (2001), *Moving with the Ball: The Migration of Professional Footballers*, Oxford e Nova Iorque, Berg.
- MAHJOUR, F. (1997), «Ydnekatchew Tessema: the match of his life», in F. Mahjoub (ed.), *Confédération Africaine de Football: 1957-1997*, Cairo, Nubar Printing House.
- MONNINGTON, T. (1986), «The politics of black African sport», in L. Allison (ed.), *The Politics of Sport*, Manchester, Manchester University Press, pp. 149-173.
- MURRAY, B. (1995), *Football: A History of the World Game*, Aldershot, Scolar Press.
- POLI, R. (2006, no prelo), «Africans' status in the European football players' labour market», in *Soccer and Society*, 6 (3).
- RADNEGE, K. (1998), *The Complete Encyclopedia of Football*, Londres, Colour Library Direct.
- RICCI, F. M. (2000), *African Football: Yearbook 2000*, 3.^a ed., Roma, Prosports.
- UWECHE, R. C. (1978), «Nation building and sport in Africa», in B. Lowe, D. Kanin e A. Strenk (eds.), *Sport and International Relations*, Champaign IL: Stipes Publishing Company, pp. 538-50.
- WILLIAMS, H. S. (1994), *African Decolonisation*, Londres, Edward Arnold.
- ZAMDAMELA, A. (1996), «African Nations Cup Fan's Guide», in *Kick Off*, Janeiro, p. 58-59.